



**ENTRE VERSOS E ACORDES:
a potencialidade pedagógica da musicalização na IV Feira de
Literatura Infantil da Pedagogia - FELIPE**

**BETWEEN VERSES AND CHORDS:
the pedagogical potential of musicalization at the IV Children's
Literature Fair of Pedagogy – FELIPE**

Carolina do Carmo Castro

Doutora em História pela UFG (2022).
Mestra em História pela UFG (2010).
Graduada em Pedagogia pela UNIP (2014).
Graduada em História pela UEG (2007).
Docente efetiva do curso de Pedagogia da UnUCSEH/UEG.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-0309-5574>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7798920443391572>
E-mail: carolina.castro@ueg.br

Felipe Micael Almeida de Souza

Graduando em Pedagogia pela UnUCSEH da UEG.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3241-9415>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9440364036806546>
E-mail: felipe.souza@aluno.ueg.br

Resumo

Este artigo analisa a contribuição da musicalização no contexto da IV Feira de Literatura Infantil da Pedagogia (FELIPE), focando nas brincadeiras cantadas e intervenções musicais direcionadas a crianças de CMEIs e escolas dos anos iniciais da Rede Municipal de Educação em Anápolis, Goiás. A problemática investiga como o lúdico musical, integrado a um evento literário, potencializa o desenvolvimento infantil e a práxis pedagógica. O objetivo central é avaliar o impacto das práticas musicais tanto no engajamento das crianças quanto na formação de discentes de Pedagogia participantes da ação extensionista. A metodologia adotada compreende uma pesquisa bibliográfica articulada ao relato de experiência da intervenção pedagógica realizada durante o evento. Os resultados indicam que práticas de musicalização atuam como pontes interdisciplinares, promovendo a consciência corporal, a socialização e o letramento de forma integrada. Verifica-se que a inserção da musicalização na IV FELIPE enriqueceu os campos de experiência previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e consolidou a extensão universitária como espaço vital para a articulação entre teoria e prática docente.

Palavras-chave: Musicalização; formação discente; formação docente; educação infantil; FELIPE - Feira de Literatura Infantil da Pedagogia.

Abstract

This article analyzes the contribution of musicalization in the context of the IV Feira de Literatura Infantil da Pedagogia (FELIPE), focusing on singing games and musical interventions aimed at children from CMEIs and schools in the early years of the Rede Municipal de Educação in Anápolis, Goiás. The research investigates how musical play,

integrated into a literary event, enhances child development and pedagogical practice. The main objective is to evaluate the impact of musical practices on both the engagement of children and the training of pedagogy students participating in the outreach activity. The methodology adopted comprises a bibliographic research linked to the experience report of the pedagogical intervention carried out during the event. The results indicate that musicalization practices act as interdisciplinary bridges, promoting body awareness, socialization, and literacy in an integrated manner. It appears that the inclusion of musicalization in the IV FELIPE enriched the fields of experience provided for in the Base Nacional Comum Curricular (BNCC) and consolidated university extension as a vital space for the articulation between theory and teaching practice.

Keywords: Musicalization; student training; teacher training; early childhood education; FELIPE - Children's Literature Fair of Pedagogy.

Introdução

A música, está presente na vida do ser humano desde muito cedo. Desde a vida intrauterina os bebês já estão ligados aos sons que o corpo da mãe emite e ao longo da sua infância, essas crianças continuam rodeadas por sons como nas cantigas de ninar e assim sucessivamente ao longo da vida.

A música, quando utilizada no processo de ensino-aprendizagem, segundo Weigel (1988), ajuda no desenvolvimento cognitivo, social, afetivo, ou seja, no desenvolvimento global da criança. Ela torna-se uma atividade indispensável no processo educacional, auxiliando o educador em vários momentos, por isso faz-se necessário que seja atividade prazerosa, que prenda a atenção dessas crianças e que tenha significado para elas.

Essa perspectiva dialoga com os pressupostos de Brito (2003), que defende a música como uma linguagem essencial para a formação integral da criança. Para a autora, a experiência musical significativa e prazerosa contribui para o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo. Tal visão é reforçada pela Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner (1995), que posiciona a inteligência musical como uma competência humana fundamental, legitimando a sua centralidade no processo educacional.

Esta pesquisa objetiva investigar o impacto pedagógico das propostas musicais e brincadeiras cantadas desenvolvidas durante a IV Feira de Literatura Infantil da Pedagogia (FELIPE) para crianças da educação básica da cidade de Anápolis, evidenciando como a musicalização, amparada pela legislação vigente, atua como ferramenta facilitadora do ensino-aprendizagem e da articulação entre universidade e comunidade.

A escolha da musicalização como eixo da prática extensionista partiu da Comissão Organizadora da IV FELIPE, composta pela coordenadora do evento, acadêmicos e egressos do curso de Pedagogia da Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas

(UnUCSEH). A decisão fundamentou-se no reconhecimento da música como uma linguagem essencial na primeira infância, observando-se a receptividade e o engajamento natural das crianças diante de estímulos sonoros no ambiente escolar. Verificou-se que essa prática não apenas favorece a consciência corporal e a interação com o meio, como também permite a exploração articulada dos diversos campos de experiências previstos para a Educação Infantil.

A estrutura deste artigo organiza-se em três eixos fundamentais. Inicialmente, delinea-se um panorama dos aspectos históricos e da evolução da legislação musical no Brasil, estabelecendo o amparo jurídico da disciplina na Educação Básica. No segundo momento, discute-se a centralidade da música na Educação Infantil, analisando sua relevância para o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo. Por fim, a reflexão culmina no relato da intervenção pedagógica realizada na IV FELIPE, detalhando as estratégias de musicalização aplicadas junto às crianças da Rede Municipal de Educação da cidade de Anápolis. A sustentação teórica desta investigação ancora-se em autores como Fonterrada (2008), Subtil (2011) e Weigel (1988), cujas obras oferecem o suporte necessário para compreender a música como linguagem essencial e direito de aprendizagem.

Em suma, a experiência extensionista da IV FELIPE demonstra que a musicalização, quando integrada à literatura e ao brincar, transcende a mera recreação e assume um papel formativo vital. Ao aproximar a UnUCSEH da realidade das unidades de ensino locais, o projeto não apenas fortalece as competências dos futuros pedagogos, mas também oferece às crianças dos CMEIs e escolas do município de Anápolis um repertório cultural rico e diversificado.

1. Contextualização histórica e filosófica da música

O termo música tem como origem a palavra grega *mousikê* associada a moûsa, fazendo alusão à força artística das musas. Na Grécia Antiga, tal significado relacionava-se à crença de que essas entidades exerciam influência direta sobre a produção intelectual e artística, conferindo à música uma dimensão ontológica e sobrenatural. Historiadores e musicólogos sustentam a hipótese de que a gênese musical é indissociável da história da humanidade, visto que este elemento cultural está, invariavelmente, vinculado a rituais e celebrações. Depreende-se que, tal como a dança, a música integra a experiência humana desde a Pré-História, manifestando-se inicialmente por meio de sons percussivos corporais, vocais e rítmicos.

Sob a perspectiva de Fonterrada (2008), a organização sociopolítica grega já reconhecia a capacidade da música de influir no *ethos* e no espírito dos cidadãos. Para Platão, especificamente, a música detinha uma ascendência sobre as demais artes, sendo capaz de

promover a sobriedade da alma e a formação do caráter. O filósofo defendia que a preservação musical era um dever do Estado, dada sua centralidade na *paideia* (educação grega), atuando como pilar na formação moral e na busca pela verdade e pelo bem — conceitos que, na cultura helênica, eram indissociáveis do ideal de beleza.

Consequentemente, a educação musical servia à estruturação do caráter cívico. Aristóteles corroborava essa visão, ao postular que a música deveria integrar o sistema educacional como elemento modelador da conduta humana (Fonterrada, 2008). No campo das ciências exatas, Pitágoras estabeleceu a correlação entre matemática e música, argumentando que ambas as disciplinas explicavam a harmonia universal. Para o pitagorismo, a apreciação estética e o domínio sonoro eram competências indispensáveis ao homem livre.

1.1 A Música da Idade Média à Modernidade Pedagógica

Durante a Idade Média, a concepção de infância diferia substancialmente da contemporânea. Conforme Ariès (1981), a precariedade das condições de sobrevivência e as altas taxas de mortalidade infantil resultavam em um menor investimento emocional e educacional nas crianças. Sobre isso, o autor revela que:

[...] um sentimento superficial da criança – a que chamei de ‘paparicação’ – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (Ariès, 1981, p. 10).

À medida que iam crescendo, continua o autor, elas participavam da vida como os servos, seu aprendizado era obtido por meio de ordens que recebiam dos mais velhos. A música então, surgia como uma via de ascensão: crianças com aptidões vocais eram precocemente encaminhadas a instituições religiosas para o aprendizado do ofício musical. Tal trajetória era interpretada como uma honra familiar e, frequentemente, como uma fonte de renda, visto que os jovens músicos eram remunerados para atuar em corais litúrgicos, compartilhando o espaço profissional com adultos sem distinções pedagógicas específicas.

A transição para uma educação organizada em colégios e seminários ocorre com o aumento da responsabilidade atribuída à família e ao Estado (Fonterrada, 2008). No campo pedagógico, Rousseau destacou-se como o primeiro pensador a propor um esquema voltado à educação musical infantil, preconizando o uso de canções simples e desprovidas de excessos dramáticos. Posteriormente, Pestalozzi enfatizou o papel da música na formação do caráter, fundamentando o ensino nos sentidos e na prática em detrimento da teoria abstrata. No mesmo

período, Froebel, idealizador dos Jardins de Infância, consolidou a inclusão das artes e do canto como elementos vitais da Educação Infantil.

1.2 Trajetória e Legislação do Ensino Musical no Brasil

No cenário brasileiro, a educação musical remonta ao período colonial, inicialmente restrita a espaços informais e eclesiásticos com foco no desenvolvimento técnico-litúrgico. A institucionalização no contexto educacional formal ocorreu em 1854, consolidando-se posteriormente no Decreto nº 981 de 1890, que passou a exigir formação específica para docentes da área. Tal demanda intensificou-se com o Decreto nº 19.890/31, que instituiu o Canto Orfeônico nas escolas públicas como estratégia de padronização cultural e curricular.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada em 1961, marcou a transição do Canto Orfeônico para a Educação Musical. Segundo Fucci-Amato (2012), o Parecer nº 383/62 formalizou essa substituição, introduzindo princípios escolanovistas que priorizavam o desenvolvimento expressivo e a individualidade da criança. Entretanto, na década de 1970, sob a égide de um modelo tecnicista, a educação voltou-se à formação de mão de obra para a sociedade industrial, o que refletiu na reestruturação da disciplina como "Educação Artística" na LDBEN de 1971.

A promulgação da Lei nº 9.394/96 representou um avanço significativo ao renomear a disciplina para Arte, abrangendo Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Apesar dos avanços, a ambiguidade normativa quanto às metodologias e aos conteúdos persistiu, sendo parcialmente mitigada com a publicação, em 1998, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental e pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Este último define a música como uma linguagem e forma de conhecimento essenciais (Brasil, 1998). A mobilização de fóruns e grupos de articulação política, como o GAP Pró-Música, culminou na aprovação da Lei nº 11.769/08, que determinou a obrigatoriedade da música como conteúdo específico no currículo da Educação Básica. Recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reafirmou a importância da ludicidade e da socialização por meio da música, adequando-as às diferentes faixas etárias.

2. A criança e a prática musical: desenvolvimento e ludicidade

A música constitui-se como um recurso fundamental para a construção do saber e para o fomento de experiências significativas na primeira infância. O emprego de metodologias musicais valoriza o percurso formativo em detrimento de resultados puramente técnicos, afastando-se de concepções pautadas no adestramento rotineiro. Como linguagem

multifacetada, ela atua na mediação de informações e na ampliação do repertório cultural, estabelecendo bases sólidas para o desenvolvimento cognitivo.

A prática musical estimula a integração entre ritmo, movimento corporal e habilidades linguísticas. De acordo com o RCNEI (1998), o aprendizado musical envolve uma tríade essencial: vivência, percepção e reflexão. Sendo a Educação Infantil uma etapa fundamental para o desenvolvimento do senso artístico, criativo, rítmico e auditivo, o fazer musical configura-se como uma experiência formativa essencial, pois possibilita à criança explorar sua autonomia, seja na confecção de instrumentos com elementos do cotidiano, seja na criação de composições autorais, favorecendo a expressão, a imaginação e a construção de conhecimentos de maneira lúdica e significativa. Sobre isso, Bueno (2011, p. 182), complementa que:

[...] as experiências rítmico-musicais que permitem uma participação ativa (vendo, ouvindo e tocando) favorecem o desenvolvimento dos sentidos das crianças. Ao trabalhar com os sons, ela desenvolve sua acuidade auditiva, ao acompanhar gestos ou dançar ela está trabalhando a coordenação motora e a atenção, ao cantar ou imitar sons, ela está descobrindo suas capacidades e estabelecendo relações com o ambiente em que vive (Bueno, 2011, p. 182).

Sendo assim, o fazer musical é muito importante para que a criança se desenvolva amplamente, além de possibilitar também que ela própria confeccione seus instrumentos e suas próprias canções, podendo utilizar-se de elementos da natureza, objetos do seu dia a dia, seu próprio corpo, voz aprendendo a valorizar a sua produção, possibilitando novas vivências e descobertas.

É imperativo distinguir, som de música no contexto educativo: enquanto o som corresponde a uma percepção sensorial resultante de vibrações captadas pelo ouvido, a música pressupõe uma organização intencional desses sons, estruturada a partir de elementos como ritmo, melodia e harmonia. Segundo Bueno (2011), o trabalho coletivo e lúdico, mediado por jogos e brincadeiras, é essencial para potencializar a imaginação infantil, pois transforma o aprendizado em um processo de descoberta, experimentação e valorização da própria produção estética. Nesse sentido, a vivência musical contribui para o enriquecimento dos campos de experiências previstos na Base Nacional Comum Curricular, fortalecendo o desenvolvimento integral da criança e qualificando o processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

3. A FELIPE: contextualização histórica, proposta formativa e mediação cultural

A FELIPE é um evento anual promovido pelo Curso de Pedagogia da UnUCSEH. A história tem sua gênese em 2022, como projeto de extensão que nasceu com o propósito de

ampliar o acesso a obras e autores, não apenas, mas principalmente da literatura infantil, reconhecendo essa ação como essencial para a formação do leitor literário desde a infância.

Em 2025, realizou-se a quarta edição da FELIPE, consolidando a iniciativa como um espaço significativo de encontro entre leitores, educadores, autores e a comunidade em geral. A IV FELIPE teve como propósito ampliar o acesso à diversidade de obras literárias, fomentar o debate sobre temas relevantes do universo da literatura e fortalecer a formação de leitores críticos, reflexivos e conscientes. Além disso, a edição de 2025 objetivou democratizar o acesso à cultura, muitas vezes negado aos estudantes das escolas periféricas de Anápolis, público-alvo prioritário desta edição.

A programação contou com lançamentos, comercialização e doações de livros, contação de histórias, brincadeiras cantadas, intervenções musicais, rodas de conversa, palestras e outras atividades voltadas ao público infantil, juvenil e adulto, com atenção especial às crianças da Educação Infantil, aos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Licenciatura em Pedagogia, bem como aos professores da rede básica de ensino do município de Anápolis.

Ao defendermos à luz dos apontamentos de Gadotti (2017), que a extensão universitária possui um papel social, na medida em que favorece a construção de pontes entre os saberes acadêmicos, culturais e populares num movimento contínuo de trocas e diálogos, pode-se afirmar que a IV FELIPE cumpriu de modo significativo sua função extensionista, pois possibilitou à comunidade escolar da cidade de Anápolis não apenas o acesso à UEG, mas também favoreceu a aproximação entre leitores, livros e autores, manifestações artísticas, especialmente por meio da música e das brincadeiras cantadas, expressões culturais e momentos de integração entre escolas do município. Além disso, a iniciativa favoreceu a troca de experiências e, em muitos casos, oportunizou o primeiro contato de crianças com a arte, artistas e autores da literatura infantil considerando o perfil do público-alvo atendido.

Entendemos que a IV FELIPE se configurou como uma importante aliada de professores, das escolas e da comunidade envolvida no processo de ensino-aprendizagem, na medida em que possibilita que esse processo ocorra para além dos moldes tradicionais da sala de aula. Ao promover experiências culturais, literárias e lúdicas, a feira amplia os espaços e as formas de aprendizagem, favorecendo práticas mais significativas e participativas, como verificou-se nos dois dias de evento. Entendemos, ainda, que essa ação evidenciou que o conhecimento produzido no interior da Universidade não se deve permanecer restrito ao espaço acadêmico, mas precisa e deve ser socializado, problematizado e ressignificado à luz da realidade concreta da comunidade.

Desse modo, acreditamos que no contexto da alfabetização, reconhecida como um processo complexo e desafiador, iniciativas como a IV FELIPE assumem papel relevante, pois muitas vezes, o professor encontra-se sobrecarregado, atuando em turmas numerosas e lidando com diferentes ritmos e dificuldades de aprendizagem. Nesse cenário, ações complementares que envolvem literatura, música e mediação cultural contribuem para compartilhar responsabilidades formativas, fortalecer o trabalho docente e, sobretudo, enriquecer as experiências educativas das crianças em processo de alfabetização.

Nesse sentido, este estudo destaca o relato das experiências vivenciadas durante as atividades de contação de histórias e brincadeiras cantadas. Tais ações, instituídas pela Comissão Organizadora, tiveram como objetivo aproximar as crianças do universo literário e artístico, fortalecendo os vínculos com a escola, estimulando a imaginação criativa e favorecendo a descoberta do prazer estético proporcionado não apenas pela leitura, mas também pela música e brincadeiras cantadas.

Na IV FELIPE, os momentos de contação de histórias e brincadeiras cantadas constituíram-se como elementos-chave de interação entre as crianças, favorecidos pela ludicidade, entendida como ferramenta fundamental no processo de ensino-aprendizagem (Barbosa, *et al.*, 2024). Nesse contexto, tais práticas possibilitaram não apenas a socialização, mas também a aproximação significativa com o universo literário, artístico e cultural. A esse respeito, Forquin (1993) destaca que o desenvolvimento do processo educativo ocorre quando se coloca o sujeito em contato com elementos culturais, de modo que possa nutrir-se deles, isto é, incorporá-los à sua identidade cognitiva e material, em função de sua formação e de sua própria subsistência. Assim, as atividades desenvolvidas na IV FELIPE evidenciam a cultura como mediação essencial na constituição do sujeito e na ampliação de suas experiências formativas.

A concepção de processo educativo apresentada a priori é corroborada pelos escritos de Paro (2001) e reafirmada em Souza e Anderi (2024), quando afirmam que a educação possui o papel de garantir o acesso à cultura produzida historicamente pela humanidade, condição necessária à nossa subsistência. Desse modo, considera-se que o papel da IV FELIPE, ao assegurar o acesso à cultura, configura-se como um processo educativo, pois se trata de uma atividade sistemática e complexa, pautada em valores estéticos, históricos e culturais, voltada à formação humana e à democratização do acesso cultural.

Desse modo, corroborando com Barbosa *et al.* (2024), acreditamos que as brincadeiras cantadas, no processo de ensino-aprendizagem, têm como objetivo promover o desenvolvimento integral da criança, estimulando suas múltiplas potencialidades. Dentre elas,

destacam-se a percepção sonora, a coordenação motora, o desenvolvimento da linguagem oral, a criatividade, a imaginação e a memória. Assim, defendemos que ao articular música, movimento e interação, essas práticas favorecem experiências significativas que contribuem não apenas para aspectos cognitivos, mas também para dimensões afetivas e sociais do desenvolvimento infantil.

Estudos recentes, como os de Sene *et al.* (2021) e Junior e Cipola (2017), afirmam que o uso da musicalização na formação das crianças é essencial para o processo de ensino-aprendizagem, pois atua como elemento facilitador à medida que é desenvolvida. Esse processo, contudo, precisa ser mediado, incentivado e orientado por professores, pais e/ou familiares; ainda assim, é na escola que ele se estrutura pedagogicamente de forma sistemática.

Ancorados em Junior e Cipola (2017), compreendemos que o processo de alfabetização ocorre na medida em que o professor alfabetizador reconhece a necessidade de vincular as práticas de alfabetização e letramento às situações concretas da realidade cotidiana da criança em processo de aprendizagem. Nesse contexto, a música e as brincadeiras cantadas configuram-se como importantes aliadas, haja vista sua presença em diferentes realidades socioculturais. O professor, contudo, não deve utilizá-la de forma descontextualizada, isto é, a música pela música e/ou a brincadeira pela brincadeira, mas mobilizar os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação para empregá-la de modo intencional e pedagógico. A partir da influência da música e das brincadeiras cantadas, a criança expressa sentimentos através da dança, do olhar e da fala, além de desenvolver capacidades cognitivas e motoras, ampliar o repertório linguístico e manifestar afetividade.

Essa compreensão também se sustenta em perspectivas clássicas da teoria musical, como a de Paschoal Bona (1816 – 1878 *apud* Mendes, 2015, p. 26), músico e compositor italiano do século XIX, que define a música como “a arte de manifestar os diversos afetos de nossa alma mediante o som”, Tal definição evidencia o caráter expressivo e formativo da música quando utilizada de maneira intencional no processo educativo, especialmente na formação das crianças, favorecendo a manifestação de emoções, a sensibilidade estética e o desenvolvimento integral.

Nesse viés, a IV FELIPE se apresentou como ferramenta facilitadora do desenvolvimento educativo, na medida em que insere as crianças em novas formas de conceber a educação, para além dos moldes tradicionais da sala de aula. Constitui-se, também, como proposta formativa para os futuros professores, ao integrar acadêmicos do curso de Pedagogia no processo de organização e condução do evento, além de ampliar o repertório cultural de docentes que já atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, visto

que promove sua formação por meio de palestras, debates e trocas de experiências com os autores, contadores de histórias e demais convidados da feira.

Em síntese, a trajetória da IV FELIPE apresentada neste estudo evidencia que sua constituição histórica está diretamente articulada a um projeto formativo comprometido com a democratização do acesso à cultura e com a valorização da literatura infantil como direito formativo. Desde sua gênese extensionista, a iniciativa consolida-se como espaço de interlocução entre universidade, escola e comunidade, promovendo experiências que extrapolam a dimensão conteudista e reafirmam a centralidade da mediação cultural na formação humana, especialmente na primeira infância. Assim, a feira não se configura apenas como evento pontual, mas como prática educativa sistemática, orientada por princípios pedagógicos, estéticos, culturais e sociais.

Desse modo, acreditamos que ao articular formação docente, práticas culturais e vivências literárias, a proposta revela-se como um potente instrumento de ampliação de repertórios simbólicos e de fortalecimento do vínculo entre sujeitos e saberes historicamente produzidos pela sociedade. Sua relevância se demonstra na capacidade de integrar teoria e prática, formação inicial e continuada, fruição estética e intencionalidade pedagógica, constituindo-se como experiência formativa ampliada. Conclui-se, portanto, que iniciativas dessa natureza reafirmam o papel social das ações extensionistas ao promoverem processos educativos que contribuem para a constituição crítica, sensível e culturalmente situada dos sujeitos.

Considerações finais

O presente estudo demonstrou a relevância da musicalização na primeira infância, compreendendo-a como um elemento catalisador no processo de desenvolvimento integral da criança. Para além da fruição estética, as estruturas melódicas e rítmicas oferecem subsídios que potencializam o aprendizado lúdico e a subjetividade infantil, visto que a música constitui uma manifestação cultural intrínseca a diversas organizações sociais e permeia o cotidiano do educando, torna-se imperativo que o ambiente escolar a incorpore de forma sistemática e intencional em suas práticas pedagógicas.

Nesse contexto, é fundamental que práticas extensionistas promovam a exposição a uma pluralidade de gêneros e estilos musicais. Tal diversificação não apenas fomenta a ampliação do repertório estético, mas atua como um estímulo multifatorial, incidindo diretamente sobre a sensibilidade, a criatividade, a memória e as capacidades psicomotoras. Subjacente a essa

prática, está o fortalecimento da imaginação, componente crítico para a maturação cognitiva nas etapas iniciais da formação humana.

Portanto, o fazer musical deve ser articulado em cenários educativos que concebam a arte sonora como um processo contínuo de construção de saberes. Essa perspectiva demanda o engajamento em eixos fundamentais: percepção, experimentação, imitação, criação e reflexão. Ao operar nessas dimensões, a música deixa de ser um acessório recreativo e assume um papel estruturante na mediação pedagógica.

Ademais, a prática musical transcende a mera sinalização de rotinas escolares, contribuindo significativamente para a gênese da autonomia infantil. Através da interação sonora, a criança desenvolve a consciência da ação coletiva e a capacidade de autorregulação, elementos fundamentais para o convívio social. Conseqüentemente, a música consolida-se como um campo de experiências que favorece a aquisição de hábitos e competências essenciais para a integração plena do indivíduo na sociedade.

Importa ressaltar que a Universidade deve promover ações como a da IV FELIPE, considerando sua relevância e o significativo impacto social que exerce na cidade de Anápolis. Tal compromisso institucional revela-se como fundamental para a consolidação de ações extensionistas que promovem o acesso à literatura e a arte, fortalecendo a formação de leitores e ampliando as possibilidades de diálogo entre universidade e comunidade, contribuindo, não só para o desenvolvimento cultural, mas principalmente para o desenvolvimento educacional da cidade.

Desse modo, reafirma-se que a musicalização articulada a projetos extensionistas como a IV FELIPE, configura-se como uma ferramenta pedagógica transformadora, capaz de integrar Universidade, escola e comunidade em um movimento dialógico de produção e socialização de saberes. Ao reconhecer a música como linguagem constitutiva da experiência humana e como mediadora do processo de desenvolvimento das crianças, o estudo evidenciou a necessidade de sua inserção contínua e planejada nos espaços educativos. Assim, conclui-se que investir em ações que promovam a arte musical na primeira infância não representa apenas uma escolha metodológica, mas, sobretudo, um compromisso ético e formativo com a construção de uma educação sensível, inclusiva e socialmente referenciada na comunidade em que está inserida, reafirmando o papel social da universidade na promoção do desenvolvimento educacional e cultural local.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARBOSA, Josy Alves; *et al.* Literatura Infantil Lúdica: a importância dessa ferramenta no processo de alfabetização. **Revista de Estudos em Educação**, v. 10, n. 1, p. 362-378, 2024. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/reeduc/article/view/14912>. Acesso em: 11 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 5.692/71**, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 2 fev. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 981**, de 8 de novembro de 1890. Approva o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Governo Provisório da República, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 19890**, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Rio de Janeiro: Governo Provisório da República, 1931. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19890.htm. Acesso em: 9 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 4 fev. 2025 .

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da Educação Fundamental. Coordenação-Geral de Educação Infantil. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: conhecimento de mundo**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 3 v. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225402>. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.769**, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasília, DF, 19 ago. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm. Acesso em: 2 fev. 2026.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Acesso em: 5 fev. 2025.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

BUENO, Roberto. **Pedagogia da Música**. v. 1. Jundiaí: Keyboard, 2011.

FONTEERRADA, Marisa T. de O. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2008.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Tradução: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FUCCI-AMATO, Rita. **Escola e Educação Musical: (des)caminhos históricos e Horizontes**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017.

Disponível em:

https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria__Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 11 fev. 2026.

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 1995.

JUNIOR, Ademir Pinto Adorno de Oliveira; CIPOLA, Eva Sandra Monteiro. Musicalização no processo de aprendizagem infantil. **Revista Científica UNAR**, Araras (SP), v.15, n.2, p.126-141, 2017. Disponível em:

http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol15_n2_2017/09_MUSICALIZA%C3%87%C3%83O_NO_PROCESSO.pdf. Acesso em: 16 fev. 2026.

MENDES, Soraia Cristina dos Santos. **O encanto da música como mediador do ensino da matemática**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Matemática) – Universidade Estadual de Goiás, Jussara, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/7185>. Acesso em: 16 fev. 2026.

PARO, Vitor Henrique. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. *In*: PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. 1ª ed. São Paulo: Xamã Editora, 2001, p. 121-139.

SENE, Marlene Santana de; *et al.* Musicalização na Educação Infantil: suas contribuições na alfabetização. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.7.n.11.nov. 2021. Disponível

em:<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3207/1290>. Acesso em: 16 fev. 2026.

SOUZA, Felipe Micael Almeida de; ANDERI, Eliane Gonçalves Consta. A valorização do trabalho docente no contexto da atual reforma do ensino médio. *In*: BORGES, Kamylla Pereira; BUENO, Enrico; SANTOS Neville. **O novo ensino médio, neoliberalismo e políticas educacionais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024, p. 157-177. Disponível em: <https://pedroejoaeditores.com.br/produto/o-novo-ensino-medio-neoliberalismo-e-politicas-educacionais/>. Acesso em: 16 fev. 2026.

SUBTIL, Maria José Dozza. Reflexões sobre ensino de arte: recortes históricos sobre políticas e concepções. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 41, p. 241-254, mar. 2011.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639849>. Acesso em: 4 fev. 2026.

WEIGEL, Anna Maria Gonçalves. **Brincando de Música**. Porto Alegre, Kuarup, 1988.